

Bibliotecas Escolares nas Escolas Normais no Brasil: Constituição do Lugar e dos Sujeitos

Ana Clara Bortoleto Nery¹

Resumo

Do final do século XIX ao início do século XX, assistimos ao processo de criação de bibliotecas em Escolas Normais no Brasil. Trata-se de um processo, de certa forma, comum à criação dos sistemas estatais de ensino em vários países do mundo. A biblioteca escolar das Escolas Normais tinha um objetivo: formação de professores e formação de leitores. Impulsionadas pela Pedagogia Moderna, as práticas desenvolvidas nas bibliotecas escolares nessas escolas serviam como ponto de observação de boas práticas de leitura. Ao tomarmos como objeto tais instituições, podemos observar como esse processo impulsionou a difusão de bibliotecas escolares e de práticas de leituras pelas escolas primárias, num momento que antecede a profissionalização de bibliotecários no Brasil e, ao mesmo tempo, de enfrentamento do analfabetismo. Autores como Jacob dão suporte à análise. Contribuem ainda Carvalho, Vidal e Nery, com estudos sobre a temática.

Palavras-chave: história da biblioteca escolar; práticas de leitura; Escola Normal.

¹ Doutora em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP.

School Libraries in the Normal Schools in Brazil: Constitution of the Place and Subjects

Abstract

At the end of the nineteenth century until the start the twenty century we have witnessed the process of creating libraries in Normal Schools in Brazil. It was a process, in a way, common to the creation of the state of education systems in countries around the world. The school library of Normal Schools had one goal: teacher education and training readers. Driven by Modern Education, the practices developed in school libraries in these schools served as a point of observation of good reading practices. By taking as an object such institutions we can see how this process boosted the spread of school libraries and the primary school reading practices, at a time prior to the professionalization of librarians in Brazil, and, at the same time facing illiteracy. Authors such as Jacob, support the analysis. They also contribute Carvalho, Vidal and Nery studies on the subject.

Keywords: school library history; reading practice; teacher training.

Figura 1 – Prática de leitura na biblioteca da Escola Normal de São Carlos



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Normal de São Carlos

Pensar o surgimento de bibliotecas escolares no Brasil e, em especial, as práticas de leitura nelas desenvolvidas encontra, no ambiente das Escolas Normais criadas no século XIX e que tiveram este espaço na sua constituição, solo fértil. Nesse sentido, pensar a biblioteca escolar de escolas de formação de professores é debruçar-se sobre um espaço em seu duplo sentido: como local de formação do professor e como local de formação do leitor. Local de formação do professor enquanto repositório de livros auxiliares às matérias das Escolas Normais e, portanto, destinado ao professor. Local de formação do leitor enquanto recinto onde os alunos normalistas desenvolviam práticas de leitura e ainda observavam as práticas de leitura dos alunos das escolas primárias anexas. As Escolas Normais foram as principais referências para a constituição das escolas primárias nas províncias, principalmente nos estados brasileiros, quando temos uma melhor definição de espaço e de tempo escolares e a criação da escola primária graduada. A Escola Normal foi, no momento de criação e de difusão dos grupos escolares pelo país, o modelo a ser seguido. As práticas escolares desenvolvidas na Escola Normal contribuíram para a reprodução dessas práticas na escola primária. A biblioteca escolar e as práticas de leitura nela instituídas podem assim ser mais bem compreendidas com o estudo das bibliotecas escolares das Escolas Normais, donde podemos deduzir a importância do estudo das bibliotecas das Escolas Normais, dentro do recorte proposto.

O artigo está organizado em dois planos. No primeiro plano, busco analisar o processo de criação e de instalação de bibliotecas escolares nas Escolas Normais a partir da legislação, de pesquisas realizadas e de indícios de funcionamento das bibliotecas. No segundo plano, analiso o funcionamento das bibliotecas por dois ângulos: o do bibliotecário e o das condições criadas para as práticas de leitura desenvolvidas nessas escolas.

A criação de bibliotecas escolares na virada do século XIX para o século XX, sobretudo as instaladas nas dependências das Escolas Normais, indica uma alteração significativa do espaço escolar. Os impressos (livros e periódicos, principalmente), junto a um espaço específico de leitura, denotam a estreita relação entre escola e biblioteca pública. O processo resultará numa importância maior do livro dentro e fora do espaço escolar.

Em levantamento recente sobre trabalhos acadêmicos com biblioteca escolar, pude perceber a incipiência dessa temática. Ao investir na busca por alguns elementos sobre a criação dos sistemas nacionais de educação em alguns países da América Latina, pude perceber a pertinência de um estudo voltado para a questão do movimento pelo qual a biblioteca adentra os muros da escola e passa a ser também espaço de aprendizagem para os alunos, em países latino-americanos. Num primeiro momento, parece haver relação direta entre a criação dos sistemas nacionais de instrução pública em países latino-americanos, no século XIX e início do XX, e a institucionalização da biblioteca escolar. Como também o século XIX é o momento em que as Escolas

Normais tomam vulto no cenário de criação e de expansão da instrução elementar, será ela a instituição em que o aluno-mestre aprenderá seu *metier*, principalmente a partir da difusão do método intuitivo. As bibliotecas das Escolas Normais, além de laboratório de aprendizagem prática sobre ser professor, é o lugar onde se procura estabelecer um corpo teórico-metodológico através de um conjunto de livros, periódicos e outros elementos gráficos que compuseram esse espaço.

Há também poucos estudos voltados para uma História da Biblioteca. O que há de mais investimento é sobre a História do Livro e da Leitura, que se ocupa de alguma forma com as bibliotecas. Essa temática de investigação é ponto de intersecção de campos científicos distintos, como História, Educação, Biblioteconomia, Ciências da Informação, Letras. Nesse campo de intersecção é que procuro sediar a análise.

Num artigo destinado a analisar as manuais de leitura presentes numa biblioteca escolar, Lucia Moctezuma traz algumas pistas sobre a circulação de livros no espaço latino-americano:

Gran parte de los libros que sirvieron para el aprendizaje de la lectura y escritura de los niños latinoamericanos llegaron de Francia, España y Estados Unidos. A finales del siglo XIX y primeras décadas del XX, fueron traducidos y adaptados al castellano, inspirando a los profesores a escribir libros con contenidos más próximos a lo que la elite educativa esperaba de sus ciudadanos. (MOCTEZUMA, 2015, p. 37-8).

Esse indício de circulação aponta apenas para os locais de produção dos livros dessa biblioteca escolar, mas não informa sobre os caminhos pelos quais eles chegam à biblioteca. Nesse artigo, a base de pesquisa da autora é o conjunto de

[...] textos que sirvieron para la enseñanza de la lectura escritura y que, bajo el mismo modelo circularon en América Latina. En esta vertiente, los libros de texto, se convierten en un objeto de investigación privilegiada para conocer la práctica educativa pues desde el origen de los sistemas nacionales en el siglo XIX, ocuparon un lugar privilegiado en el aula. Sus contenidos, su elaboración, su formato y su edición, los convierten en una fuente primordial para entender la historia interna de la escuela. (MOCTEZUMA, 2015, p. 38).

Nesse trecho, Moctezuma desvela que pensar uma História da Leitura na América Latina é dar mostras de um movimento que se instaura a partir da criação dos sistemas nacionais de ensino. Tal afirmação corrobora o que adverti acima, sobre o processo de difusão das bibliotecas escolares. Analisar as bibliotecas escolares é, sem dúvida, se preocupar com a História do Livro, da Leitura e da Escola. Mais que isso, é ter instigantes possibilidades a partir dessa modalidade da História Cultural, pois

[...] as bibliotecas são também os espaços nos quais, sob a égide da cultura escrita, se processa a formação e produção do conhecimento daqueles que a freqüentam ou freqüentaram, que as utilizaram como instrumento de criação e inovação do conhecimento. Neste sentido, para Jacob (2000, p.9), a biblioteca é lugar de diálogo com o passado, de criação e inovação. O trabalho na biblioteca é o do recurso aos livros, como depósito de conhecimentos, como etapa na geração de

novos livros e novos saberes; o trabalho sobre a biblioteca é o que objetiva capturar os efeitos cognitivos inerentes à acumulação dos livros, a sua materialidade, aos laços que tecem entre si e com o mundo e que permitem a formação de gerações de leitores, sejam especializados – professores, intelectuais, literatos ...- seja o do leitor comum. (NERY, 2009b, p. 3).

Corroborando essa ideia, no século XIX, no Rio de Janeiro, os professores eram incentivados pelo Estado a publicarem suas obras. Tais obras passaram a compor o acervo das escolas e, posteriormente, o acervo bibliotecal (SILVA, 2013, p. 220). A análise do acervo da biblioteca da Escola Normal da Corte e da Escola Normal do Distrito Federal permite observar como os docentes das Escolas Normais haviam de fato assumido a condição de autores de livros, manuais e coletâneas de textos. Abre-se com isso a possibilidade de uma maior aproximação com o que se efetivamente ensinava nas salas de aula das Escolas Normais. Além disso, é possível investigar as políticas que determinaram a constituição do acervo, analisando as condições de aquisição, a escolha das obras, as formas de organização, as regras e práticas de uso do acervo.

Para Jacob, que investe suas investigações sobre as bibliotecas,

[...] toda a biblioteca dissimula uma concepção implícita da cultura, do saber e da memória, bem como da função que lhes cabe na sociedade de seu tempo. [...]

Pois a história das bibliotecas no Ocidente é indissociável da história da cultura e do pensamento, não só como lugar de memória no qual se depositam os estratos das inscrições deixadas pelas gerações passadas, mas também como espaço dialético no qual, a cada etapa dessa história, se negociam os limites e as configurações da tradição, as fronteiras do dizível, do legível e do pensável, a continuidade das genealogias e das escolas, a natureza cumulativa dos campos de saberes ou suas fraturas internas e suas reconstruções (JACOB, 2000, p.10-11).

Neste artigo, procuramos compreender a biblioteca como *coleção de livros e impressos* que guarda as marcas de seu processo de constituição, desde o projeto que lhe deu origem ao processo peculiar de composição ou de recomposição que os acervos sofrem ao longo do tempo: a definição do público, os critérios de seleção dos saberes e materiais para sua composição; os princípios que ordenam suas coleções; as classificações e as estratégias de acessibilidade aos materiais colecionados; a imposição de políticas de gestão, a recomposição e a conservação dos acervos etc. são passíveis de reconstituição pela análise atenta de seu próprio conjunto material. Como o campo de investigação é amplo, concentro-me nas marcas do processo de implantação das bibliotecas e de constituição do acervo.

Como centro o olhar nas bibliotecas escolares criadas para as Escolas Normais, no Brasil, reduzo a lente para uma biblioteca específica, destinada a uma dupla função: de formação do leitor e de formação do professor. Nela estão materializadas as políticas e as concepções de formação de professores e também de formação dos leitores, uma vez que ela é o lugar de contato com a cultura pedagógica ali instalada, bem como o lócus privilegiado de práticas de leitura. Dessa forma, estudar o processo de

institucionalização das bibliotecas das Escolas Normais significa se debruçar sobre as marcas materiais resultantes das políticas de formação do leitor, das estratégias que engendraram a composição dos saberes profissionais do magistério, incluindo ou excluindo referências, autores, gêneros literários e modalidades editoriais de impressos, e das estratégias que definiram os modelos de leitura privilegiados no processo de formação dos novos leitores sob sua responsabilidade. Remete ainda a outras possibilidades de se investigar a difusão da escola elementar no século XIX e no início do século XX.

1 Biblioteca escolar na Escola Normal: institucionalização

O ponto de partida para se analisar o processo de criação e de implantação de bibliotecas escolares nas Escolas Normais é a legislação, principalmente as Reformas da Instrução Pública. Há poucos trabalhos sobre Escolas Normais no Brasil que tomam a biblioteca como espaço constituinte de formação do professor. Assim, o cruzamento entre os indícios presentes em alguns trabalhos e a legislação permitiram desenhar o processo de criação das bibliotecas nas Escolas Normais de alguns estados brasileiros.

Em São Paulo, a primeira Escola Normal a ter uma biblioteca é a Escola Normal da Capital. Carvalho, em artigo sobre cultura pedagógica, refere-se à constituição do acervo originário da Biblioteca da Escola Normal da Capital, adquirido por Paulo Bourroul, numa viagem à França:

Em 1881, Paulo Bourroul, professor da cadeira de Francês, Física e Química da Escola Normal, viaja à França com a incumbência de adquirir equipamentos para o ensino experimental de Física e Química. Tendo sobrado recursos da compra de “um laboratório igual ao das Escolas Normais da França”, Paulo Bourroul comprou livros com os quais montou a Biblioteca da Escola (RODRIGUES, p. 120). A viagem foi realizada em 1881, em pleno período de implementação das reformas Jules Ferry. A Escola Normal de São Paulo acabara de ser reaberta e reformulada. A viagem de Paulo Bourroul pode ser considerada como uma das poucas e tímidas providências destinadas a dotar a Província de São Paulo de uma instituição de formação de professores compatível com as transformações culturais que o progresso material em curso começava a desencadear. (CARVALHO, 2007, p. 21).

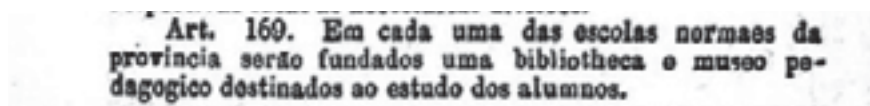
Como a criação de bibliotecas escolares nas Escolas Normais estava ausente da legislação paulista daquele momento, podemos deduzir que a implantação de bibliotecas antecede o movimento reformista da instrução pública. A mesma situação pode ser observada quanto à Escola Normal de Niterói, que possuía biblioteca, mesmo não prevista na legislação.

Quando Alambary se despediu da Escola Normal da Província do Rio de Janeiro, deixou-a equipada com programas e horários bem definidos, uma vasta coleção de materiais didáticos, muitos deles novidades importadas, que só eram conhecidas nos colégios da elite, e uma biblioteca organizada. (VILLELA, 2008, p. 41).

Nessa ótica, as práticas antecedem as políticas, mas ficam na dependência da iniciativa dos agentes das escolas. Por outro lado, provavelmente, essas bibliotecas não contavam com lugares apropriados, projetados para serem bibliotecas, nem contavam com bibliotecários ou com pessoas voltadas para cuidarem especificamente desse acervo. As Escolas Normais de Niterói, da Corte (Rio de Janeiro) e da Capital (São Paulo) não contavam com prédio próprio nesse momento. Os prédios construídos para abrigarem as Escolas Normais a partir do final do século XIX terão a previsão de espaços conforme as concepções de formação de professores. As Escolas Normais que contavam com acervos de livros e/ou legislação que previa a biblioteca escolar passam a contar com tais espaços destinados nos novos prédios.

No caso da capital do Império, as *Instruções para a Escola Normal do Município da Corte*, enviadas ao Governo Imperial em 1874, previam, na organização do Ensino Normal ora proposto, o estabelecimento, por incumbência do diretor, de uma biblioteca pedagógica (art. 16). Os decretos n. 7.684, de 6 de março de 1880, e n. 8.025, de 16 de março de 1881, igualmente previam a instalação de uma biblioteca na Escola Normal. Porém, segundo Relatório do diretor da Escola Normal da Corte, do ano de 1885, a escola não contava ainda com instalações adequadas, incluindo a biblioteca. Nesse caso, a política antecede a prática e não consegue se concretizar, dada a falta de condição para a implantação da biblioteca. Essa Escola contará com prédio próprio somente em 1930.

Na província mineira e na legislação, também se previa a instalação de bibliotecas nas Escolas Normais. A Lei n. 100, de 19 de junho de 1883, preconiza em seu



Em Goiás, há indícios de que haveria um movimento de organização de uma biblioteca escolar na Escola Normal, a partir de 1884.

A maior dificuldade para o funcionamento do curso foi a falta de pessoal para assumir a disciplina mais importante: Pedagogia. O professor indicado foi o Juiz de Direito da Capital, que naturalmente não era preparado pra tal e ficou na dependência da chegada dos livros que foram mandados buscar na Europa, para se tornar um auto-didata. (BRZEZINSKI, 2008, p. 12).

Nessa escola, os livros eram provavelmente destinados à leitura dos professores da Escola Normal.

As bibliotecas das Escolas Normais paulistas começam a se constituir como espaço próprio dentro das escolas a partir da ampliação do número de escolas normais, após 1910. Entretanto, nas Escolas Complementares, já existia a biblioteca, mas não

como um espaço específico de práticas de leitura. Também não havia uma política destinada à instalação e à dotação desse espaço. Oscar Thompson, no livro em que relata o estágio em que se encontrava a instrução pública paulista, em 1904, faz uma menção a esse espaço, dizendo que “Each of these Complementary schools has a small library, a cabinet for Physics and a laboratory for Chemistry and Natural History” (THOMPSON *et al.*, 1904, p. 19). Como o livro de Thompson foi utilizado para fazer a propaganda da instrução pública paulista na Exposição Internacional de Saint Louis (EUA), ao informar a presença desses espaços nas Escolas Complementares, Thompson e os demais autores do livro demonstram a importância da biblioteca para eles. Os Ginásios do Estado (Capital e Campinas) tinham a mesma estrutura da Escola Complementar, porém, com uma biblioteca um pouco maior.

A Escola Normal da Capital, segundo Thompson, possuía, em 1904, “a library about 10.000 vols, a cabinet for Physics and Natural History, a Chemical Laboratory, a Pedagogical museum, shops for Manual Training, apparatuses for teaching and practicing Gymnastics and Military drill” (THOMPSON *et al.*, 1904, p. 22). Para além de revelar que a Escola Normal era mais bem equipada que as Escolas Complementares, os autores mostram que a biblioteca escolar da Escola Normal da Capital já apresentava um volume considerável de livros. Os prédios escolares construídos no final do século XIX, sobretudo o prédio da Escola Normal da Capital, já apresentam espaços apropriados à biblioteca escolar (VIDAL, 2004). Da mesma forma, nos projetos das escolas do começo do século XX, ainda que em boa parte não executados, tinham a previsão de um espaço para a biblioteca. Na viagem que fez aos Estados Unidos, enquanto diretor da Escola Normal da Capital, Thompson trouxe uma série de livros, muito provavelmente, para compor o acervo da biblioteca da Escola Normal da Capital.

A profusão de conferências e de exposições em vários países e as visitas realizadas pelos professores aos Estados Unidos e outros países criou um clima propício à circulação de novas ideias, em outras palavras, animou culturalmente o meio educacional paulista.

Essas experiências inovadoras trouxeram um novo conceito de espaço escolar, novos materiais pedagógicos [...] e uma nova forma de organização escolar, ocasionando verdadeira revolução nas representações da escola e do ato de ensinar. Tornaram-se comuns os catálogos de artigos pedagógicos [...] anúncios de materiais escolares diversos e listas de livros. (VILLELA, 2003, p. 117).

Essas listas de livros eram veiculadas nas páginas dos periódicos através de propaganda das casas editoras ou tipografias e por seções dedicadas à bibliografia. Um bom exemplo é um extrato do catálogo da Biblioteca Geral da Instrução Pública, publicado na *Revista de Ensino*, em 1912. Esse extrato traz a lista de livros constantes naquela biblioteca. Trata-se de livros, em sua maioria, na área de Pedagogia e de Educação. São obras nacionais e importadas – em sua maioria advindas de países

européus – que, numa análise apenas dos títulos, se concentram em questões amplas e gerais da educação, bem como em educação cívica, trabalhos manuais e higiene e saúde (incluindo educação física). Esse dispositivo servia de orientação para a elaboração dos catálogos das bibliotecas escolares, principalmente os das bibliotecas das Escolas Normais.

O estado de São Paulo ampliará o número de Escolas Normais² somente em 1911, e essas escolas terão nos projetos iniciais a biblioteca escolar. Acompanhando a ampliação do número de Escolas Normais e o conseqüente aumento dos recursos destinados a esse nível de instrução pública, a biblioteca passa a ser um setor privilegiado, uma vez que o orçamento do estado passa a ter uma rubrica específica para a biblioteca. Nesses mesmos orçamentos, há a indicação de que as Escolas Normais Secundárias recebiam um montante maior para a biblioteca do que as Escolas Normais Primárias, e havia uma variação entre cada escola da mesma categoria.

O acervo bibliotecal da Escola Normal Secundária de São Carlos, por exemplo, ao lado do acervo existente no Museu da Escola, salta aos olhos do pesquisador pela quantidade e pela qualidade dos títulos. Essa escola, muito provavelmente pela existência de uma bibliotecária até meados da década de 1990, tem o acervo preservado, em bom estado de uso. É possível localizar ali uma quantidade de livros importados, publicações originais a partir do final do século XIX, que chegavam rapidamente – em pouco mais de 1 ano – após a sua publicação. Por ser uma das escolas normais com maior montante no orçamento do estado, destinado à compra de livros e de móveis para a biblioteca, a aquisição de livros e a organização do acervo se deram de forma mais rápida e em maior volume. Pelos catálogos pertencentes a essa biblioteca, observa-se que, entre 1913 e 1914, houve a aquisição de uma grande quantidade de livros importados de Educação.

O acervo da biblioteca da Escola Normal do Distrito Federal começa a se constituir a partir da abertura da instituição. No ano de 1888, enquanto ainda tinha a denominação de Escola Normal da Côrte, há notas fiscais de aquisição de livros para a biblioteca da Livraria Acadêmica J.G. de Azevedo, localizada à Rua da Uruguayana, na capital do Império. A partir de 1892, é possível encontrar indícios de aquisição de compras de livros, segundo consta no Livro de Registro de Aquisições da Escola Normal do Distrito Federal daquele mesmo ano. A instalação da biblioteca contou com a instalação da própria Escola Normal da Côrte (posteriormente chamada Escola Normal da Capital Federal), bem como a efetiva atuação do diretor da escola, em colaboração com os professores e com o apoio de particulares que colaboraram com a doação de acervos pessoais. O tombamento desses livros começa a ser realizado em 1893, em livro destinado para esse fim.

A proximidade dessa escola com as casas editoras e com as livrarias – muitas das quais importavam inúmeros títulos da área da Pedagogia, publicados principalmente

2 A partir de 1911, são criadas Escolas Normais Primárias e Escolas Normais Secundárias, na capital e no interior do estado.

em países europeus – na cidade do Rio de Janeiro facilitou a constituição do acervo dessa biblioteca. Os livros que deram origem à biblioteca foram substituídos por títulos mais novos a partir do ano de 1930, quando a escola passa a contar com o prédio especialmente construído para abrigar a escola, com espaço específico para a biblioteca escolar.

2 Agente de organização da biblioteca escolar: do professor ao bibliotecário

A responsabilidade sobre a biblioteca escolar das Escolas Normais será definida conforme o estatuto da escola de formação de professores. Como as bibliotecas adentram as escolas no mesmo momento em que outros espaços – como o museu escolar, as salas de música e os laboratórios de química, de física etc. – sua especificidade irá exigir a presença de um agente com condições para atuar tanto como organizador do acervo quanto como responsável pelas práticas de leitura ali desenvolvidas.

Valendo como referência a afirmação de Jacob, a biblioteca

[...] é um lugar, uma instituição. É o cruzamento paradoxal de um projeto utópico (fazer coexistir num mesmo espaço todos os vestígios do pensamento humano confiados à escrita) com as restrições técnicas, ergonômicas, políticas de conservação, de seleção, de classificação e de comunicação dos textos, das imagens e, hoje, dos sons. (JACOB, 2000, p. 10).

Tomar a biblioteca nesse sentido permite compreender a sua constituição ao longo dos anos. No caso das bibliotecas das Escolas Normais, analisar as políticas e as práticas de constituição a partir dos elementos que a formam permite perceber as nuances e compreender as particularidades das bibliotecas voltadas para a formação de professores. O papel do bibliotecário, agente que participa da identidade do espaço biblioteca, bem como as formas pelas quais sua função vai tornando corpo, é elemento central na constituição desse espaço. Não foi possível perceber, nesse momento inicial de constituição das bibliotecas escolares nas Escolas Normais, se o responsável pela biblioteca era também o orientador das práticas de leitura. Mas, como o sujeito que organiza o acervo e faz chegar os livros até os alunos, ele participa ativamente do processo de institucionalização das práticas de leitura nas bibliotecas das Escolas Normais.

O período em análise é de difusão da Pedagogia Moderna, segundo a qual ensinar se faz sobretudo pelo oferecimento de bons modelos, e ensinar a ensinar é prática que se estabelece pela observação de práticas exemplares. Nesse sentido, a criação de bibliotecas nas Escolas Normais, além de seguir o modelo estabelecido a tempos em instituições de Ensino Superior, é necessidade para o estabelecimento das práticas

de leitura nas Escolas Primárias. O aluno-mestre, ao observar os alunos da Escola Primária Anexa em atividade na biblioteca da Escola Normal, aprendia a orientar a leitura na biblioteca, ao lado das formas de organização e de uso do espaço, haja vista que, nas escolas primárias, o próprio professor era o responsável pela biblioteca.

Ao analisar o processo de constituição das bibliotecas nas Escolas Normais, podemos perceber que, gradualmente, vai-se definindo a forma de organização do espaço, bem como a responsabilidade pela constituição, pela organização e pelo uso do acervo.

As *Instruções para a Escola Normal do Município da Corte*, de 1874, estabeleciam que o responsável pela biblioteca fosse um professor que deveria organizar as normas de uso e ser responsável pela direção, pela guarda e pela conservação da biblioteca. Na legislação de 1880 e de 1881, a função de bibliotecário, diferentemente do proposto em 1874, deveria ser exercida pelo ocupante do cargo de amanuense, que exerceria também a função de bibliotecário. Ainda em 1880, no entanto, o Decreto n. 982, que altera o *Regulamento da Escola Normal da Capital Federal*, informa que o responsável pela biblioteca será o conservador, enquanto o amanuense cuidaria apenas da secretaria. Enquanto professor da Escola Normal e mesmo enquanto amanuense, a função de responsabilidade pela biblioteca escolar não era exercida em tempo integral, nem era a única função. No primeiro caso, havia uma proximidade entre as funções: enquanto professor, estaria em condições de propor os títulos que fariam parte do acervo, bem como orientar as práticas de leitura. No segundo caso, o amanuense não precisava de formação específica e nos indica que a atividade era mais técnica, no sentido de aquisição, organização e guarda do acervo, e mais longe das condições efetivas de indicação de títulos e de orientação de práticas de leitura. Já o conservador cuidava da biblioteca, do museu, dos instrumentos de aulas e das atividades dos trabalhos manuais, também atividades mais técnicas. Finalmente, em 1888, além da orientação de quem cuidava da biblioteca era o Encarregado da biblioteca, do museu pedagógico e dos gabinetes, aparecem as primeiras indicações de funcionamento da Biblioteca.

Art. 77. Os professores e alumnos da Escola poderão, com autorisação do Director, levar para fóra do estabelecimento qualquer obra não comprehendida na disposição do § 5º deste artigo, comtanto que se responsabilisem pelo respectivo valor total.

Poderão os professores conservar em seu poder pelo prazo maximo de um mez as obras que retirarem da bibliotheca, e, quanto aos alumnos, o Director marcará sempre o prazo de cada emprestimo.

§ 1º Pelos livros retirados da bibliotheca para uso das aulas ou dos exames serão responsaveis os professores que os tiverem pedido.

§ 2º As pessoas estranhas é Escola a que o Director franquear a bibliotheca só poderão utilizar-se dos livros no recinto desta ou da sala de leitura.

§ 3º A entrega de qualquer livro será sempre feita mediante pedidos datados e assignados, nos quaes se incidirão o titulo da obra, o nome do autor e o numero de volumes.

Haverá horas determinadas para o pedido e entrega dos livros.

§ 4º Todo aquelle que deteriorar ou extraviar algum livro é obrigado, no primeiro caso, a restituil-o em bom estado, e, no segundo, a fazer a substituição.

§ 5º Os livros raros ou de elevado custo, publicações periodicas, dictionarios, mapps ou livros de assidua consulta não poderão ser levados para fóra da bibliotheca. (SÃO PAULO, 1888).

O mesmo decreto preconizava a escrituração dos objetos da escola, realizada pelo encarregado e também pelo professor adjunto, em livros próprios,

[...] em que se mencionarão com titulos distinctos todas as aquisições realizadas quanto a mobilia, material do ensino, gymnasio, bibliotheca e museu pedagógico [...].

§ 1º Do referido livro serão extrahidos, pelos adjuntos que o Director designar, dous registros, contendo: um, o catalogo e a classificação methodica de todos os livros da bibliotheca da Escola; outro, o catalogo de todos os instrumentos e aparelhos de physica, chimica, desenho, etc.

Estes catalogos terão uma serie especial de numeros para cada classificação de objectos; uma columna de observações, e outra de referencia ao livro de inventario geral, na ultima das quaes se indicará, adiante do objecto, o numero que lhe pertencer no livro.

O adjunto incumbido do catalogo da bibliotheca extrahirá delle o dos livros classicos, especialmente destinados para a consulta e leitura dos alumnos. (SÃO PAULO, 1888).

Essa norma indica uma participação efetiva do professor da Escola Normal na organização e no funcionamento da biblioteca, assim como orientador das práticas de leitura realizadas pelos alunos. Orienta que, enquanto a biblioteca não estiver organizada, os professores deveriam visitar o Museu Nacional e lá realizarem as atividades práticas de formação dos alunos-mestres.

Os alumnos do 3º anno visitarão o Museu e a respectiva bibliotheca afim de estudar; sob a direcção do professor de pedogogia, o que se refira á construcção e decoração das casas escolares; bem assim para ter conhecimento das obras sobre educação, methodologia, pedagogia, historia da pedagogia, organização material e pedagogica das differentes especies de escolas primarias, e de quaesquer outros sobsidios adequados á instrucção do professor e á pratica do ensino. (SÃO PAULO, 1888).

Ainda que não se tenha indícios de tais práticas, a análise da legislação permite inferir que a biblioteca escolar da Escola Normal da Corte estava estreitamente ligada à formação dos alunos-mestres. A cadeira de Pedagogia contaria com o acervo bibliotecal, o suporte material de formação e de práticas de leitura. Contudo, ainda prescindia da definição da função de bibliotecário.

Em São Paulo, a função parece também acompanhar a indefinição de qual tipo de agente deveria exercê-la. A Reforma Caetano de Campos, que dá início à modernização e à modelização do ensino paulista, publicada em 1890, estabelece o cargo de bibliotecário e arquivista na Escola Normal da Capital, que seria exercido por um professor designado pelo governador, indiretamente oficializando a biblioteca.

Para a Escola Normal Primária³, a Lei n. 88/1892 previa a função de bibliotecário que, preferencialmente, deveria ser escolhido entre os alunos de destaque do curso superior. Nas Escolas Complementares, há, na mesma Lei, a determinação da existência de uma “pequena bibliotheca”, sem previsão de quem seria o responsável por ela. Essa mesma lei previa a existência de um secretário-bibliotecário para essas escolas, cargo acumulado com o de professor do estabelecimento.

Dessa forma, o estatuto de cada escola determinava o estatuto da biblioteca dentro da organização escolar, bem como o estatuto do agente responsável pela biblioteca, para além das questões referentes ao orçamento previsto para cada tipo de escola de formação de professores. O fato é que as Escolas Complementares criadas a partir de 1894 contaram com modestos acervos chamados de bibliotecas. A Escola Complementar de Piracicaba, por exemplo, possuía um espaço específico para o acervo, e a presença de carimbo referente à Escola Complementar de Piracicaba indica uma ação de organização do acervo.

Figura 2 - Carimbo da biblioteca da Escola Complementar de Piracicaba



Fonte: Livro do acervo histórico da Escola Normal de Piracicaba

A tarefa do bibliotecário da Escola Normal da Capital, detalhadamente descrito, era de “organizar os catálogos das bibliothecas em três secções, com denominações de scientifica, litteraria e diversa” (Lei n. 88/1892, §1º, art. 332); incorporar ao catalogo as novas aquisições que poderiam ser feitas através da indicação dos professores, ou mesmo pelo bibliotecário; zelar pela organização e pela manutenção do acervo; guiar os alunos na consulta das obras e não permitir a retirada de livros, a não ser quando fosse necessário, quando solicitados pelos professores. Em 1896, a legislação indica que o funcionamento da biblioteca será “em todos os dias utteis, pelo tempo necessario

³ A Escola Normal Primaria prevista nesta reforma foi implantada somente em 1911. No lugar dela, a Escola Complementar foi transformada em escola de formação de professores, ao lado da Escola Normal da Capital.

ao serviço escolar”. Diferentemente das bibliotecas das Escolas Complementares, Ginásios e Escolas Primárias, a biblioteca da Escola Normal da Capital permaneceria aberta durante o expediente escolar, por ter um funcionário em tempo integral, numa única função. Na mesma legislação, há omissão quanto ao professor fazer as indicações de livros a serem adquiridos, sendo essa tarefa do bibliotecário, ao qual imcumbem:

1.º Organizar o catalogo da bibliotheca. 2.º Ter sob sua guarda e vigilancia tudo quanto formar o peculio da bibliotheca. 3.º Não permittir a retirada de qualquer livro para fóra da sala de leitura, salvo quando pedido por membros do pessoal docente, que, assignando nesse caso a carga de resalva, o poderá conservar para consulta em seu poder até 15 dias. 4.º Guiar os alumnos na consulta das obras. 5.º Cumprir e fazer cumprir na sala de leitura as disposições regulamentares. 6.º Propor ao director a aquisição de novas obras e tudo quanto fôr a bem do serviço da bibliolheca. (SÃO PAULO, 1896).

As alterações nas instituições de formação de professores⁴ em São Paulo provocaram alterações também nas bibliotecas escolares. O Decreto n. 2.367, de 14 de abril de 1913⁵, prevê, no quadro de pessoal administrativo das Escolas Normais Secundárias, um bibliotecário. Este teria por funções organizar o catálogo da biblioteca, ser responsável pelo acervo, garantir somente aos lentes e professores a retirada de livros, orientar os alunos nas consultas e indicar ao diretor a lista de obras a serem adquiridas. Esse decreto põe em funcionamento a biblioteca em todos os dias úteis “pelo tempo necessário ao serviço escolar”.

Quanto às funções, em nada difere no definido pelo decreto de 1911⁶, que determinava, no corpo administrativo das Escolas Normais Primárias, um amanuense-bibliotecário que acumulava, assim, as funções de escrituração escolar e de guarda do arquivo e da biblioteca. A denominação do cargo foi alterada para secretário-bibliotecário em 1912⁷. Esse mesmo Decreto determinava que para as Escolas Normais Secundárias houvesse um secretário e um bibliotecário. Tal quadro, ao lado dos valores previstos no orçamento do Estado para as Escolas Complementares, destinados às bibliotecas escolares, indicia que as Escolas Normais Secundárias tiveram as melhores condições para a implantação e para a manutenção das bibliotecas, bem como a exclusividade da função de bibliotecário.

4 Em 1910, as Escolas Complementares são extintas; a partir daí tem-se a criação de Escolas Normais Primárias e Escolas Normais Secundárias (NERY, 2009).

5 Este Decreto aprova o regulamento das Escolas Normais de curso secundário e escolas anexas.

6 Decreto 2.025, de 29 de março de 1911.

7 Decreto 2.225, de 16 de fevereiro de 1912, que reúne todas as alterações feitas na instrução pública referentes ao ensino primário e normal que estavam em vigor.

Figura 3 – Práticas de Leitura na biblioteca da Escola Normal de Piracicaba (1921)



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Normal de Piracicaba

Na Figura 3, bem como na Figura 1, vemos que as práticas de leitura estavam instituídas nas Escolas Normais paulistas na década de 1920. Vemos ainda que os alunos da Escola Primária Anexa faziam uso da biblioteca, juntamente com os alunos da Escola Normal. O homem que aparece na foto é provavelmente o bibliotecário, auxiliando os alunos em suas atividades na biblioteca. Na Figura 1, vemos vários homens em pé, ao fundo, orientando as atividades na biblioteca. Indícios de práticas de leitura na Escola Normal da Capital aparecem desde o final do século XIX. Marta Carvalho, ao analisar a revista *A Eschola Publica* (1893-1897), conclui que o periódico era encadernado em volumes, caracterizando um manual. Colocado à disposição dos leitores na biblioteca da Escola Normal da Capital, foi consultado pelos alunos até pelo menos 1903, segundo a fonte consulta pela autora (CARVALHO, 2011, p. 186-187). Tal informação é um forte indício de práticas de leitura, na biblioteca, feitas através da recomendação de livros pelos docentes da Escola Normal.

3 A biblioteca escolar instalada: considerações

Pela análise realizada, é possível observar que a instalação de bibliotecas escolares nas Escolas Normais passa por processos distintos, dependendo das particularidades com que cada província – posteriormente estado – ou a capital do país investe na formação de professores. Nos casos analisados (Rio de Janeiro, Capital, Minas Gerais e São Paulo) vimos que ainda que não existisse legislação pertinente à instalação de bibliotecas nas Escolas Normais; de forma tímida, inicialmente, como coleção de livros para auxiliar o ensino das matérias dessas escolas. Somente a partir da década de 1920 é que a biblioteca ganha corpo e espaço e começa a ser amplamente difundida. A definição do agente responsável por esse espaço de aprendizagem corrobora a maior importância da biblioteca nas Escolas Normais. Analisando a atribuição do

bibliotecário nas diferentes legislações entre a década de 1880 e a década de 1910, há poucas diferenças, ainda que o responsável passe de aluno a professor, de amanuense a bibliotecário. O momento em que o bibliotecário passa a ser responsável em tempo integral faz com que a biblioteca ganhe o estatuto de lugar permanente de aprendizagem e deixe de ser o lugar de guarda de livros para retiradas ou espaço esporádico de práticas de leitura. A biblioteca, inicialmente pensada para auxiliar o professor da Escola Normal em suas aulas e no contato com a moderna Pedagogia, abre suas portas para os alunos-mestres e mesmo para a comunidade externa, em alguns casos. Por fim, analisar a criação, a instalação e a difusão das bibliotecas escolares das Escolas Normais permite pensar as formas pelas quais a cultura pedagógica – nos moldes propostos por Marta Carvalho – se organiza no espaço de formação profissional, bem como analisar especificidades das políticas públicas para a escolarização de crianças e de jovens na virada do século XIX para o século XX.

Referências

- CARVALHO, Marta M. C. Uma biblioteca pedagógica francesa para a Escola Normal de São Paulo (1882): livros de formação profissional e circulação de modelos culturais. In: BENCOSTTA, Marcus. L. **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. Pedagogia Moderna, Pedagogia da Escola Nova e Modelo Escolar Paulista. CARVALHO, M. M. C.; PINTASSILGO, J. (Orgs.). **Modelos culturais, saberes pedagógicos e instituições educacionais**. São Paulo: EDUSP, 2011.
- CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Tradução de Mary Del Priore. Brasília: UnB, 1994.
- HÉBRARD, Jean. **As bibliotecas escolares**. Campinas: Companhia das Letras, 2011.
- HONORATO, Tony; NERY, Ana C. B. Constituição, agentes e usos de uma biblioteca de formação de professores. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, PR, 2017. (no prelo).
- JACOB, Christian; BARATIN, Marc (Orgs.). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000.
- MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- MENESES, Maria C. Os acervos escolares e a sua importância para o estudo das práticas pedagógicas. In: CONGRESO IBEROAMERICANO DE HISTORIA DE LA EDUCACIÓN LATINOAMERICANA. 8., Buenos Aires, 2007. **Anais...** Buenos Aires: Sociedad Argentina de Historia de la Educación, 2007.
- MOCTEZUMA, Lucía Martínez. Los manuales de lectura, un patrimonio de la historia

educativa de Mexico. **Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 37-47, jul./dez. 2015.

NERY, A. C. B. **Em busca do elo perdido**: a ação reformadora de Oscar Thompson e a formação de professores. 187 f. 2009a. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, SP, 2009a.

_____. Livros da Escola Normal de Piracicaba: constituição do saber pedagógico. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DO LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 2., Rio de Janeiro, 2009. **Anais...** Rio de Janeiro: Abrelivros, 2009b. p. 1-9.

_____. Cultura pedagógica e formação de professores: a biblioteca da Escola Normal de Piracicaba (1911-1920). **Revista História da Educação**, Porto Alegre, RS, v. 17, n. 39, p. 23-38, jan./abr. 2013.

_____. Biblioteca escolar, pedagogia e formação de professores: livros da Escola Normal de Piracicaba (1896-1951). **Revista Linha Mestra** (Associação de Leitura do Brasil), Campinas, SP, a. 8, v. 24, p. 354-359, jan./jul. 2014.

SCHELBAUER, Anaete R. **A constituição do método de ensino intuitivo na província de São Paulo** (1870-1889). 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SILVA, Márcia C. A biblioteca escolar do Pedagogium: entre livros de leitura e a arte de aprender a ler. In: MIGNOT, Ana C. V. **Pedagogium**: símbolo da modernidade pedagógica. Rio de Janeiro: Quartet, 2013. p. 213-233.

SOUZA, Luciene S. Bibliotecas e grupos escolares: práticas educativas na cultura escolar de São Paulo (1890-1920). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., Aracaju, 2008. **Anais...** Aracaju: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2008.

THOMPSON, Oscar; LANE, Horace; REIS, Carlos. **Education in the State of São Paulo**, S.A. São Paulo: Typographia Brazil de Carlos Gruke, 1904.

VIDAL, Diana G. Bibliotecas escolares: experiências escolanovistas nos anos de 1920-1930. In: MENESES, Maria Cristina. **Educação, memória, história**. Campinas: Mercados das letras, 2004.

VILLELA, Heloisa de O.S. A primeira Escola Normal do Brasil. Concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In: ARAUJO, José C. S.; FREITAS, Anamaria G. B. de; LOPES, Antônio de P. C. (Orgs.). **As Escolas Normais no Brasil**: do império à república. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008. p. 29-46.

_____. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane M. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 225-251.

Recebido em 25/08/2016

Aprovado em 01/12/2016